

BOLÍVIA, 1964 – OS MILITARES TAMBÉM GOLPEIAM

Everaldo de Oliveira Andrade*

Resumo

O texto busca aproximações e relações entre os golpes militares no Brasil e na Bolívia em 1964. Para isso relaciona os dois momentos com os desdobramentos de uma estratégia comum dos EUA para a América Latina pós-revolução cubana de 1959. No caso da Bolívia, também são examinadas as raízes históricas do militarismo no país desde a Guerra do Chaco (1932-1935) e a Revolução de 1952, e a resistência operário-popular aos militares.

Palavras-chave

Bolívia; militares; golpe de 1964; segurança nacional; Revolução Boliviana de 1952.

Abstract

The text searches for approaches and relations between the military coups in Brazil and Bolivia in 1964. For this purpose it establishes relations between the two moments with unfoldings of a common strategy of U.S.A. for Latin America after-Cuban revolution of 1959. In the case of Bolivia are also examined the historical roots of the militarism in the country since the War of the Chaco (1932-1935) and the Revolution of 1952, and the popular laboring resistance to the military.

Key-words

Bolivia; military; coup of 1964; national security guard; Bolivian Revolution of 1952.

Os Estados Unidos e a segurança nacional

A doutrina de segurança nacional teve um papel importante na condução de grande parte das ditaduras militares da América Latina e na política de intervenção dos Estados Unidos. Uma das características centrais da doutrina de segurança continental norte-americana após a Segunda Guerra e, em particular, após a vitória da Revolução Cubana, em 1959, foi combater não apenas as formas de “antiamericanismo”. A própria neutralidade de países da América Latina passava a ser vista como adversa aos interesses dos EUA. Assim, não apenas o “comunismo”, mas as políticas “nacionalistas” e as teses do nacional-desenvolvimentismo passaram a ser encaradas como contrárias aos interesses ianques. Desenvolve-se a concepção de que a política internacional seria uma questão de “política interna” dos EUA e a região mais próxima – a América Latina – deveria ser objeto de uma preocupação e atenção maiores.¹ Como parte central dessas orientações, o militar latino-americano ganhou destaque na estratégia de defesa continental, como se atesta em um debate no Senado dos Estados Unidos, em 1962, sob a fala de um senador:

Nossos programas deveriam dar maior ênfase ao treinamento, ajuda técnica e educação do pessoal militar. Os Estados Unidos deveriam encorajar a utilização de recursos militares latino-americanos para o apoio de objetivos econômicos e sociais, tanto quanto possível paralelamente ao desempenho de suas missões de segurança.²

Essas ações representavam apenas parte de toda uma reorientação estratégica para a região. O aparelhamento e a doutrinação das Forças Armadas latino-americanas sob supervisão dos Estados Unidos, longe de profissionalizar os militares, tornou-os cada vez mais politizados.³ Isso deu às corporações militares vantagens ante outras instituições políticas nacionais, como coesão, renda relativamente superior às médias nacionais e relações sociais privilegiadas, que preparavam as condições para torná-los em poucos anos forças auxiliares de ocupação militar em seus próprios países. Foram criados programas específicos de doutrinação política anticomunista para os militares latino-americanos, ganhando grande impulso com a administração Kennedy⁴.

O aspecto geopolítico da doutrina de segurança nacional não deve, assim, de nenhuma forma, ser menosprezado. Como destacou Octavio Ianni:

A doutrina de segurança hemisférica implicava interdependência econômica, política e militar. Ou melhor, o caráter da supremacia dos Estados Unidos na América Latina, assim como o caráter dos interesses dos governantes dos países do hemisfério compreendiam a doutrina de segurança nacional. Implicavam os desenvolvimentos políticos, econômicos e militares das relações de dependência destas nações segundo as razões dos governos dos Estados Unidos.⁵

Segundo Guido Vicário, com a doutrina de segurança nacional “passa-se, em essência, do conceito de que a defesa da nação se dá em suas fronteiras para outro conceito, que compromete a totalidade da vida nacional para garantir esta defesa”.⁶ Está ligada aos conceitos da geopolítica que buscam uma síntese entre economia, política e estratégia militar, às idéias de segurança hemisférica defendidas por ideólogos do governo dos Estados Unidos e ao combate às ameaças internas de subversão, principalmente após a vitória da revolução cubana em 1959.

Vicário, todavia, faz uma distinção – que merece ser questionada – entre essas doutrinas, usando como exemplos os casos distintos da ditadura brasileira e o regime peruano de Velasco Alvarado:

A fórmula dos teóricos peruanos diz: “a segurança nacional não é outra coisa senão a garantia que um Estado assegura à coletividade de manter a soberania, manter a liberdade de ação e alcançar os objetivos nacionais”. A dos militares brasileiros é a seguinte: “segurança nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado oferece à nação, numa determinada época, para a obtenção e a salvaguarda dos objetivos nacionais, apesar dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis”.⁷

Ainda segundo Vicário, essas doutrinas poderiam estar a serviço de nacionalismos tradicionais e teorias de grandeza ou relacionar-se à crítica marxista e assumirem um aspecto anti-imperialista. Sob esse aspecto, as Forças Armadas deveriam ser vistas como instituições com função autônoma nas sociedades latino-americanas, com rituais e mentalidades próprias. Essa interpretação, entretanto, carrega uma série de equívocos. As doutrinas de segurança nacional foram, de fato, coberturas ideológicas para justificar ditaduras militares. Mas, em última instância, o autor não descarta a viabilidade de uma doutrina progressista de segurança nacional, o que o leva a afirmar que os militares teriam preenchido um “vazio político” da “sociedade”, não expressando assim uma crise política de poder de um grupo social dominante. Dessa forma, não há, para esse autor, classes sociais em conflitos de interesse, o que lhe permite dizer que é possível disputar a ideologia das Forças Armadas, já que “os militares assumem as exigências objetivas da sociedade, mas a interpretam de modo variável”.⁸

Florestan Fernandes nos fornece uma análise mais precisa sobre as características da militarização do Estado nesse período, recolocando o exército entre os dispositivos de dominação política do capitalismo:

A ditadura militar surge ou está surgindo, em sua nova forma, como um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, num

período de crise e reorganização da América Latina. O exército não é um agente político, que trabalhe para si próprio (como uma categoria social) ou para um setor particular da sociedade (como estrato burocrático das classes médias “tradicionais” ou “modernas”).⁹

Concretamente, a interpretação de Guido Vicário o levaria a afirmar que, no golpe de Pinochet, em 1973, “as intervenções militares e o golpe representaram a expressão de exigências sentidas pelo conjunto da sociedade, chegando a existir o perigo de uma guerra civil”.¹⁰ Pinochet teria expressado um desejo majoritário da sociedade e ainda evitado uma guerra civil? A ideologia da segurança nacional, como toda ideologia, serviu para turvar o lugar do exército, núcleo ou aparelho de repressão central do Estado burguês. A revolução de 1952 foi um raro momento de desmascaramento ideológico e de acerto de contas dos militares com a história do seu povo.

A revolução boliviana de 1952 e o exército

Entre 9 e 11 de abril de 1952, uma insurreição de massas derruba o governo Hugo Ballivian, representante dos grandes magnatas das minas de estanho da Bolívia. O exército é praticamente destruído, em sangrentas batalhas nas principais cidades, por improvisadas milícias de operários e camponeses. O MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario) assume o poder, com Paz Estenssoro. Buscando erguer seus próprios órgãos de poder, o movimento operário funda a COB (Central Obrera Boliviana), a partir da iniciativa de militantes trotskistas. Em agosto, por pressão das massas, as grandes empresas mineradoras são nacionalizadas. Em 1953, multiplicam-se ocupações de fazendas, obrigando o MNR a iniciar a reforma agrária.¹¹

A mobilização revolucionária de abril de 1952 debilitou o exército nacional tão seriamente, a ponto de se terem levantado sérias ameaças a sua existência como instituição. Os dirigentes da COB propuseram a total dissolução do exército regular e a constituição de um exército popular, formado pelas milícias armadas de mineiros e camponeses. A massa de soldados diluiu-se com suas armas entre as milícias improvisadas dos revolucionários, do povo em armas. O militarismo da década de 1940, que tornara o exército uma máquina assassina contra as massas trabalhadoras – de que o exemplo mais eloquente fora o massacre dos mineiros de Catavi em 1942 –, voltava-se agora contra ele mesmo. O exército começou a ser destruído desde o seu interior.¹² A ameaça desestabilizadora das milícias operárias fez os governos do MNR começarem a rearticular e rearmar as Forças Armadas regulares nos primeiros meses de 1953. Buscando inicialmente não se chocar com as expectativas das

massas, desde o governo, foi difundida a idéia de que um novo exército estaria se formando, segundo o MNR, para orientar-se no fortalecimento dos objetivos da revolução, desvinculando-se completamente de suas antigas tradições elitistas e oligárquicas.¹³

Como tentativa de mudar as características do exército, de forma a atender mesmo que limitadamente às pressões da ala esquerda do governo do MNR, estabeleceu-se como um dos objetivos transformar o perfil social da oficialidade para aproximá-la dos setores populares. Partia-se de um pressuposto, que depois revelou-se totalmente falso, de que haveria uma identidade entre a origem social e as atitudes políticas dos militares. Assim, uma das medidas procurava diminuir as barreiras sociais à carreira militar, impondo cotas ao ingresso no Colégio Militar (30% para filhos de operários, 20% filhos de camponeses, 50% filhos das classes médias, base social do MNR).

No período de Siles Suazo na presidência (1956-1960), o MNR introduz modificações sobre a doutrina do papel do exército. Passa-se a dar ênfase ao discurso sobre seu papel como defensor da soberania e dos interesses nacionais. A mudança do discurso preparava um novo lugar para o exército, que logo reassumiria abertamente seu tradicional papel de instrumento a serviço das classes dominantes.¹⁴ Siles passa a utilizar os militares contra os movimentos sociais: esmaga greves de mineiros e ataca milícias camponesas ainda mobilizadas, tornando seu governo cada vez mais dependente dos militares e distante dos setores sociais que apoiaram a revolução e o MNR.¹⁵

No bojo das medidas de reorganização do exército, a partir de 1961, institui-se a “ação civil das Forças Armadas”, destinada a aproximar os militares das populações pauperizadas, a partir da realização de obras e melhorias de infra-estrutura. Essas iniciativas, ao mesmo tempo que buscam criar um contraponto ao crescente distanciamento da cúpula do MNR dos movimentos sociais, tentam criar uma prática despolitizada para os militares. Como já destacamos, o contexto posterior à revolução cubana e à pressões dos Estados Unidos também agiu fortemente na implantação dessas ações. Porém, essa medida provocou um efeito contrário ao que se esperava em relação à despolitização dos militares. A profissionalização das Forças Armadas bolivianas não as afastou da vida política nacional como poderia supor inicialmente. As iniciativas civis dos militares incitaram à sua participação política, permitindo que se criasse uma teia de clientelismo entre os militares e as lideranças camponesas atendidas pela “Ação Cívica”. Esse é o principal fator originário do pacto militar-camponês após o golpe de 1964.

O fortalecimento e a ampliação das atividades a cargo das Forças Armadas se expandiram ainda mais. Uma Lei de 1963 modificava as atribuições das Forças Armadas e passava a permitir que o exército exercesse a função de polícia e segurança interna. Essa medida expressava o grande desgaste dos governos do MNR em relação aos movimentos sociais

operários e populares, que tradicionalmente os apoiavam. O exército tornava-se, de maneira crescente, o suporte político e social que começava a faltar aos governos do MNR.¹⁶ As eleições presidenciais de 1964 representaram, de maneira dramática, essa nova situação. Victor Paz Estensoro candidatou-se à presidência, incorporando como candidato a vice o general René Barrientos, depois de afastar Juan Lechín – mais importante líder sindical do país – da mesma pretensão. Era o sinal de que as bases sociais do regime haviam mudado completamente de posição.

O fortalecimento do exército boliviano ganhou novos contornos com a presença cada vez mais preponderante dos Estados Unidos. A partir desse período, os governos do MNR vão se alinhar de forma crescente às diretrizes do governo dos Estados Unidos. A política norte-americana procurava deter a crescente influência da revolução cubana de 1959 e instalou um novo tipo de profissionalismo no exército, baseado na doutrina de segurança interna.¹⁷ A doutrina de ação cívico-militar era compatível com o papel dado pelo MNR às Forças Armadas, como assinalou Charles Corbett. Isso facilitou o incremento das ajudas militares dos Estados Unidos, que passam de 1 milhão de dólares em 1958 para 3,2 milhões em 1964, além do treinamento de oficiais bolivianos no Fort Bragg.¹⁸ A ajuda aumentou durante todos esses anos, diminuiu substancialmente nos governos dos generais Ovando (1969-1970) e José Torres (1970-1971), defensores de uma política externa mais independente da esfera norte-americana, e continuou a aumentar no governo do general Hugo Banzer (1971-1978).

O exército e o MNR

A identidade política entre a alta oficialidade do “novo exército” e as orientações políticas e ideológicas do governo do MNR eram em grande parte aparentes. De fato, um setor do exército procurou reconstruir a corporação militar – humilhada e desmoralizada pela revolução –, de forma a preservar parte de sua autonomia relativa ante o MNR. As Forças Armadas, embora possam ser analisadas como um corpo quase fechado – uma corporação estatal –, não são, de forma alguma, impermeáveis às mobilizações sociais e às influências políticas nacionais e internacionais. Além disso, como uma corporação, possui filtros às mensagens e iniciativas externas e à situação da luta social. No caso boliviano, como afirmou Jean Pierre Lavaud, grande número de oficiais da época do MNR no poder teriam se filiado apenas taticamente ao partido do governo, como forma de preservar e reforçar a corporação.¹⁹

O elitismo, a disciplina e a lealdade à instituição militar terminaram por favorecer uma identificação dos oficiais, independentemente de sua origem social, com a elite dominante.

Como destacou Pierre Lavaud: “As forças armadas estão atravessadas por correntes políticas civis e seus chefes se encontram vinculados com os líderes dos partidos e das associações párapolíticas.”²⁰ As Forças Armadas são, como instituição, o núcleo central do Estado controlado pela burguesia e, em última instância, é sob o comando direto desta ou de seus interesses materiais que ele age.

O exército boliviano de que falamos possuía algumas particularidades históricas. Uma revolução social colocou em questão sua existência como corporação. A formação da oficialidade que estará no poder nos anos posteriores à revolução de 1952 incorpora de uma forma singular e contraditória a experiência histórica desse período. Falamos de um exército que reflete as debilidades econômicas e sociais do país, um exército profissional, mas que possui dificuldades para elaborar uma doutrina militar própria. Esse fato tem uma grande importância. As correntes ideológicas e políticas do país e do exterior possuem espaço para se amplificarem entre os militares.

Uma corrente nacionalista, cuja origem remonta à Guerra do Chaco, deitará profundas raízes entre os oficiais. Os generais David Toro e German Busch, nos anos da década de 1930, e o coronel Gualberto Villarroel, nos anos 1940, tornaram-se símbolos das oscilações nacionalistas. A revolução de 1952, dirigida pelo MNR, auxiliou, por meio da ideologia nacionalista, a recomposição das armas regulares. Os partidos nacionalistas e socialistas bolivianos ganham simpatizantes nas casernas, embora não com a mesma intensidade e grau que as doutrinas formuladas pela política exterior dos Estados Unidos. Esse fato – aliado principalmente às pressões dos movimentos sociais organizados – está na raiz das oscilações ideológicas que perpassam a oficialidade boliviana e, principalmente, a massa de soldados, sem que seu papel como instituição de defesa do Estado e aparelho de repressão perca sentido.

O golpe militar de 1964

O período de governos do MNR alçados com a revolução de abril de 1952 terminou brutalmente com o golpe de Estado de 4 de novembro de 1964, liderado pelo general René Barrientos, vice-presidente do país e egresso das fileiras do próprio MNR.

O golpe, embora fosse uma operação de controle militar, teve amplo apoio civil, que refletia a desagregação do núcleo original do MNR. Entre muitos setores militares mais conservadores, o golpe foi visto como um acerto de contas entre civis e militares do MNR, como expressaram as palavras de um autor da época:

A luta entre partido e exército foi concluída. Venceram os militares recuperando para sua instituição a independência e a hierarquia esquecidas pela revolução. Os membros do poder armado na Nação não puderam marchar encadeados ao Partido e ainda que submetidos ao mesmo por vários anos, logram em 4 de novembro derrubar seus opressores, seus servilizados e os que pretendiam manter a organização representativa da República como uma manada de carneiros (...).²¹

Barrientos foi apoiado por uma ala do MNR, liderada por Siles Suazo, além de outros partidos como o PRIN, de Juan Lechín, o PRA (Partido Revolucionário Autêntico), o PDC (Partido Demócrata Cristão) e as forças já tradicionalmente contrárias ao regime do MNR, como o partido de extrema direita FSB (Falange Socialista Boliviana) e Partido Liberal, que formaram um “Conselho Democrático do Povo”.²² O volúvel dirigente Juan Lechín chegou a ser levado nos braços de uma multidão ao palácio para saudar os golpistas.

No novo governo, envolveram-se vários partidos, como o PSD (Partido Social Democrata), PDC, PIR e que formam a FRB (Frente de la Revolución Boliviana), em 16 de dezembro de 1965, para preparar a disputa das eleições,²³ todos pequenos agrupamentos em torno de personalidades isoladas, agora agrupados. Barrientos impulsionou ainda um braço civil do regime, o MPC (Movimiento Popular Cristiano), buscando uma base civil própria de articulação política.

As iniciativas da ditadura militar apoiavam-se internamente num pacto, que se estabeleceu entre os militares e as principais organizações camponesas do país nos últimos anos dos governos do MNR, produto da “Ação Cívica” das Forças Armadas. O chamado pacto militar-camponês deu uma sustentação de massas aos militares, o que lhes permitiu enfrentar e neutralizar o sindicalismo mais mobilizado com relativo êxito. O pacto militar-camponês tratava de nivelar os opositores com suborno e perseguições aos dirigentes que insistissem em se manter independentes.²⁴

Externamente, o apoio ao golpe foi ainda mais importante. O governo de Barrientos, além de atacar as limitadas conquistas democráticas do regime iniciado em 1952, estreitou ao máximo os laços de dependência com os Estados Unidos, demonstrando que o principal apoio político do governo militar encontrava-se de fato fora das fronteiras nacionais do país. Esse apoio torna-se explícito nas eleições de 3 de julho de 1966, respaldadas pela OEA²⁵ e que foram destinadas a legitimar a ditadura militar.²⁶

Entre as primeiras medidas tomadas por Barrientos, foi ressuscitada a reacionária Constituição de 1945, escrita sob o domínio das oligarquias do estanho. O governo dá início a um período de reação violenta contra os movimentos sociais organizados. Os decretos de maio de 1965 rebaixam em 40% os salários dos mineiros e reorganizam a Comibol (Corporación Minera de Bolivia).

A resistência ao golpe

A resistência ao novo governo partiu de diversos pólos e foi tratada de maneira selvagem pelos militares. Um efêmero Comitê Revolucionário do Povo foi formado unificando diferentes tendências políticas oposicionistas logo após o golpe de 4 de novembro, sem que conseguisse se consolidar. A COB, quase de imediato, retirou-se desse organismo.²⁷ A ação dos mineiros ganhou força após os brutais ataques aos seus direitos desencadeados por Barrientos. Em maio de 1965, eles saíram às ruas em mobilizações que abriram uma combativa greve geral, que se irradiou dos centros mineiros para La Paz. Como parte desse momento de atividades, os operários das fábricas da região de Pura Pura também se mobilizam e reivindicam liberdade aos dirigentes da COB e melhorias salariais. As lutas sociais começavam a retomar a iniciativa e os dispositivos militares se reorganizam para enfrentá-las.

Novas medidas repressivas são tomadas em junho de 1965. Proíbem-se as reuniões sindicais nos locais de trabalho e o posicionamento dos sindicatos sobre problemas políticos nacionais.²⁸ Mas a resistência dos mineiros se intensifica, demonstrando a ousadia dos trabalhadores para enfrentar o governo militar e defender suas condições de vida. Um dos acontecimentos mais eloqüentes ocorreu em 18 de setembro de 1965, quando cerca de 200 mineiros atacaram a sede da polícia de Llallagua com dinamites para tomar armas. O exército foi obrigado a se deslocar da cidade próxima a Catavi para reprimi-los, porém, outro contingente mineiro atacou o próprio quartel das tropas. Em todos esses combates, morreram 82 pessoas e 200 ficaram feridas, em sua maioria mineiros.²⁹

Como consequência, várias lideranças políticas são perseguidas, presas e exiladas. Juan Lechín, apesar de inicialmente ter apoiado o golpe, é exilado no Paraguai. Milhares de mineiros são demitidos e as tropas militares passam a ocupar, de forma permanente, as minas, até então núcleos principais de resistência e mobilização oposicionista. A COB, os sindicatos e os partidos de oposição são postos na ilegalidade. A sede da COB é ocupada pelo exército e a realização de greves é proibida pelo decreto.

Um grupo de partidos de esquerda articula-se como Codep – Consejo Democrático del Pueblo – e lança um manifesto em 31 de dezembro de 1965 para “lutar contra a opressão militar e com o propósito de conseguir o exercício pleno da democracia”. Composto pelo PRIN, o MNR (setor Alderete), PCML, grupo Espártaco e POR – Vargas –, chamou à abstenção nas eleições de julho de 1966.³⁰ Durante o ano de 1966, a partir da articulação dos trabalhadores em fábricas, se constituirá um “Comitê de Defesa dos Trabalhadores” para

cobrir a ausência da COB, que estava proscria, e o controle governamental sobre os sindicatos.³¹ Nas minas ocupadas, organizavam-se sindicatos clandestinos sob duríssimas condições.³²

Barrientos é proclamado presidente nas eleições de 1966, apoiado pela “Frente da Revolução Boliviana”. No discurso de posse, ele esclarece seu conceito de revolução: “Disse e mantenho que agora o impulso renovador da nação boliviana se fará sob o signo cristão: defendemos a revolução dentro da ordem, ainda que aparentem ser termos antitéticos; a revolução com responsabilidade, a revolução das idéias, dos métodos, das mudanças estruturais...”.³³ O governo tem a audácia de destacar o caráter democrático e livre do pleito, tendo sob os pés exílios, prisões e assassinatos de adversários políticos.³⁴

O massacre de San Juan e a guerrilha de Che

As mobilizações dos mineiros contra as medidas de Barrientos ocorreram no mesmo período que a guerrilha de Che Guevara agia no país. De março a outubro de 1967, a guerrilha agiu isoladamente na região oriental da Bolívia. Che entra no país em novembro de 1966 e a CIA³⁵ alerta o governo boliviano quatro meses depois.³⁶ A guerrilha era uma ação de efeitos políticos internos muito mais perigosos do que propriamente uma ameaça militar. A guerrilha, embora isolada no Oriente, interage politicamente com a mobilização dos mineiros. Os mineiros, por exemplo, aprovam na clandestinidade a doação de um dia de trabalho para ajudar a guerrilha. Na mina Siglo XX, os mineiros declararam “território livre”. O panorama das lutas sindicais e populares mudara completamente de fisionomia.

Esses movimentos colocam em alerta todo o governo militar. Barrientos reage e decreta estado de sítio.³⁷ No dia 3 de junho de 1967, é decretada uma greve de 24 horas em Catavi e Siglo XX, para que se organizasse uma passeata em direção a cidade de Oruro. Um trem é tomado e lotam-se dez vagões. Interceptados no caminho, os mineiros decidem se dirigir para a mina de Huanuni, onde, em assembléia (6 de junho), declaram os distritos mineiros “territórios livres” e arrecadam fundos para a guerrilha. A euforia contagia o movimento, dirigentes clandestinos dos mineiros preparam uma reunião para os dias 25 e 26 de junho, a fim de discutir uma pauta de reivindicações.³⁸ As lutas sociais retomam seu movimento.

O alto comando militar decide, então, preparar um ataque militar minucioso e sigiloso para quebrar o coração da mobilização em andamento. As páginas do boletim da FSTMB (Federación Sindical de los Trabajadores Mineros de Bolivia) nos deram um registro marcante do que ocorreu:

Na sangrenta noite de San Juan deram ordens para que em Siglo XX, Catavi e Huanuni, uma soldadesca – provavelmente estimulada pelo álcool – perdesse até o mínimo da solidariedade humana e procedesse a cumpri-las. Foram massacradas selvagemmente crianças, mulheres, anciãos e operários. Frente à História não existe nenhum atenuante para se ter atuado de forma tão inqualificável. Só na mente de um déspota falecido – e na dos co-autores intelectuais – pôde surgir semelhante absurdo.³⁹

Como narrou Gregorio Iriarte:

A noite de San Juan, com seus tradicionais fogos, abundantes ponches e alegres danças populares, oferecia, segundo os incautos estrategistas militares, “condições táticas privilegiadas”, para que seu plano maquiavélico saísse com perfeição. (...) Siglo XX se converteu, como por arte diabólica, na ante-sala do inferno. Sem que ninguém entendesse, o acampamento estava envolto num espantoso tiroteio e a arma de cada soldado vomitava ráfagas de morte em qualquer direção.⁴⁰

(...) No morgue do hospital de Catavi jaziam, estendidos no solo, os novos heróis anônimos. Desta vez o preço do estanho não havia sido cobrado com o preço do sangue dos aguerridos mineiros; era o povo mesmo, representado por suas classes mais humildes, que havia pago um saldo terrivelmente caro e doloroso (...) um total de 26 vítimas, a lista de feridos passava dos 80.⁴¹

A resposta da empresa e do governo seguiu implacável. Foi fechada a mina e foram demitidos todos os 2000 mineiros.⁴² O governo decretou a Lei de Segurança de Estado. O deputado opositor Marcelo Quiroga Santa Cruz foi preso com outros parlamentares e levado para uma base militar na selva amazônica. Desbaratada a resistência dos mineiros, tudo foi concentrado em esmagar os guerrilheiros de Che Guevara, isolados no Oriente.

As forças da guerrilha contavam com 52 combatentes (ELN – Ejército de Libertación Nacional), dentre os quais poucos lograram sobreviver. Che Guevara foi capturado em 8 de outubro de 1967 e assassinado no dia seguinte. O desmantelamento da guerrilha e a morte de Che Guevara tiveram enorme repercussão interna no país.⁴³ Toda uma geração de jovens da pequena burguesia urbana foi atingida por esse fato. O ELN prosseguiu atuando e em 1968 lançou um documento intitulado “Voltaremos às montanhas”. Mas no ano seguinte, Inti Peredo, principal dirigente, é capturado e morto sob tortura, o que desarticulava por um período a organização.⁴⁴

Os mineiros não negaram apoio e solidariedade aos guerrilheiros, todavia utilizaram essa dura experiência para resgatar uma ação política independente de auto-organização e democracia direta da revolução de 1952, anos depois, na Assembléia Popular de 1971. Mais do que isso, a experiência armada não lhes é estranha, mas vem das milícias organizadas pela COB, e isso os distancia da tática do foco guerrilheiro isolado nas selvas. O drama

peçoal de Che Guevara e a derrota militar de seu grupo de companheiros expõem as feridas profundas e os impasses em que se debatiam certas organizações de esquerda na América Latina para abrir uma via ao socialismo. Entre os setores de juventude das classes médias no entanto, a recepção das guerrilhas será diferente, incidindo sobre a formação de novas organizações políticas.

Ditadura militar e bonapartismo

O exército, como expressão concentrada do débil aparato estatal da classe dominante boliviana, estava permanentemente sob pressão de dois pólos. De um lado, o tradicional e combativo movimento sindical e de esquerda do país, com referências históricas na própria revolução de 1952; de outro, os interesses econômicos e políticos da política exterior dos Estados Unidos, amparados por seus aliados no interior.⁴⁵

Jorge Echazú Alvarado combate a tese de que existiria uma ala progressista, nacionalista e democrática nos exércitos latino-americanos – e em particular no boliviano –, como o “torrismo”, ligado ao general Juan José Torres. Para o autor, os militares “converteram-se em classe hegemônica substitutiva já que (...) nenhum agrupamento burguês tem a suficiente força para constituir-se em autêntica classe hegemônica do bloco dominante”.⁴⁶ As medidas nacionalistas do general Ovando Candía (1969-1970), por exemplo, se explicam pela demagogia – que busca mascarar o golpe com uma linguagem progressista – e pelas contradições no seio da classe dominante. Assim, “não existem dois militarismos: um reacionário e outro progressista, senão, propriamente dois aspectos de um mesmo fenômeno”.⁴⁷ Para sustentar sua tese, afirma corretamente que Ovando fez parte do mesmo governo que, com Barrientos, mandou executar Che Guevara, e depois foi Ovando quem reprimiu a guerrilha de Teoponte em 1970, “onde todos os militares tiveram a mesma reação”.⁴⁸ Dessa forma, a única maneira de abordar as contradições no interior das Forças Armadas é sob o critério das contradições de classe, que permite abordar como se dá a oposição, por exemplo, entre os privilégios dos oficiais e a situação dos praças.⁴⁹

Florestan Fernandes analisou com precisão as características gerais dos regimes militares desse período e fornece subsídios para uma abordagem desses regimes e de suas oscilações políticas:

A impregnação tecnocrático-militar do Estado e o funcionamento do governo militarizado são altamente similares em todos os quatro casos (Brasil, Argentina, Bolívia e Peru). O que varia são as funções históricas dos Estados e as identificações políticas do governo militarizado – pois em um plano se configura, em toda a plenitude, a ditadura militar polarizada através da reação e da contra-revolução burguesas; e, no outro, a ditadura militar pretende configurar-se

como uma espécie de bonapartismo acima das classes, polarizando-se através de um nacionalismo revolucionário oscilante (embora, concretamente, tenha tentado medidas exclusivas de “revolução dentro da ordem”, e de “revolução contra a ordem”).⁵⁰

A repressão aos movimentos sociais torna-se um complemento da política econômica de abertura às grandes multinacionais para exploração dos recursos do país. As propostas de caráter nacionalista e aberturas democráticas correspondem a momentos de rearticulação e ofensiva política do movimento operário e popular. Se Barrientos e, depois, o general Hugo Banzer estão totalmente dispostos para a colaboração com os Estados Unidos e a ampla abertura econômica aos capitais estrangeiros, Ovando e Torres realizam tentativas de diversificação das relações econômicas com outros países fora da esfera de dominação norte-americana, refletindo as pressões do movimento operário e popular do país. É nesse sentido, somente, que se evidenciam diferenças entre as duas alas do exército, tanto quanto à política exterior como em relação às liberdades democráticas. De fato, correspondem a oscilações bonapartistas de um mesmo regime, que responde à capacidade de ação política dos movimentos sociais dirigidos pelos núcleos operários e às reações do imperialismo.

Conclusões

Se podemos traçar uma identidade comum entre as ações golpistas no Brasil e na Bolívia em 1964, ela se encontra em grande parte na estratégia política e econômica traçada desde os Estados Unidos, de reação à revolução cubana de 1959 e aos primeiros sinais de crise econômica.

O regime do general Barrientos e sua política econômica correspondem às perspectivas traçadas desde Washington. O golpe militar em 1964 impôs ao país uma guinada sem limites em favor dos interesses dos Estados Unidos no país. Na Bolívia, a ação do governo militar, a partir de 1964, buscou inicialmente retomar os principais centros de produção mineral, que são postos sob intervenção militar. Os salários dos trabalhadores são brutalmente rebaixados. Ao mesmo tempo, essa política em relação aos trabalhadores correspondia a uma ampla abertura da economia nacional aos capitais norte-americanos. Novas concessões de exploração de jazidas minerais são transferidas para multinacionais dos Estados Unidos. Em 1967, as empresas mineiras privadas já representavam 24% da produção mineral do país. Em 1969, os bancos estrangeiros norte-americanos já controlavam 58% dos depósitos financeiros nacionais. No período entre 1965 e 1968, enquanto os investimentos em capital estrangeiro somavam US\$ 27,7 milhões, o capital repatriado chegou a US\$ 320 milhões. Também em 1968, a empresa norte-americana de petróleo Gulf Oil contro-

lava 187 milhões de barris de petróleo em reservas ante 33 milhões da estatal boliviana.⁵¹ O regime do general Barrientos entregou os setores mais rentáveis da economia nacionalizada para empresas estrangeiras, praticamente retornando à situação anterior à revolução de 1952, de saque sistemático dos recursos naturais e humanos do país.

O reordenamento político e econômico continental implicava retomar conquistas sociais das classes trabalhadoras e elementos de soberania nacional arrancados pelas nações no período pós-Segunda Guerra. Assim, o novo ajuste político, econômico e militar foi imposto nos anos seguintes pelo governo dos EUA, sob o impacto de novos conflitos políticos e sociais. As medidas tomadas sob pressão popular pelos governos do MNR após a revolução de 1952, bem como as iniciativas de Goulart no Brasil, constituem-se em obstáculos. As burguesias latino-americanas, alinhadas à estratégia norte-americana, passam a colocar em questão, sob o peso das pressões imperialistas, os regimes semidemocráticos e as políticas nacionalistas de desenvolvimento econômico. Dessa forma, a desestabilização econômica foi o contexto de fundo das crises sociais e políticas da época.

A inflexão provocada pela crise econômica internacional que estala em 1971 começou assim a ser preparada nos anos anteriores.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP, professor na Universidade de Guarulhos.

¹ IANNI, O. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, pp. 84-85.

² Notas apresentadas pelo senador Gruening, em 21 de agosto de 1962, "Congressional Record", p. 14414. Citado por IANNI, op cit, p. 88.

³ IANNI, op cit, pp. 91/93.

⁴ ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984, pp. 156-168.

⁵ IANNI, op. cit, p. 31.

⁶ VICARIO, G. *Militares e política na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979, p. 26.

⁷ IDEM, op. cit, pp. 38-39.

⁸ Ibid., p. 33.

⁹ FERNANDES, F. *Circuito Fechado*. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1977, p. 105.

¹⁰ VICARIO, op. cit, p. 33.

¹¹ Cf. ANDRADE, E. de O. *O POR e a revolução boliviana de 1952*. Dissertação de mestrado em História Econômica, apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, 1996.

¹² “O militarismo perece pela dialética de seu próprio desenvolvimento (...) toda a organização e o método de combate dos exércitos, e, portanto, a vitória e a derrota, se mostram dependentes das condições materiais, ou seja, econômicas, do material humano e do armamento, portanto, da qualidade e da quantidade da população bem como da técnica.” ENGELS, F. “O papel da violência na História”. In: MARX, K.; ENGELS, F. e LÊNIN, V. *Escritos Militares*. São Paulo, Global, 1981, pp. 151-160.

¹³ CORBETT, C. D. *The Latin America military as a socio-political force: case studies of Bolivia and Argentina*. Miami, Coral Gables, 1972, pp. 26-28.

¹⁴ *Ibid.*, pp 30-32. É de se destacar que, ao lado do papel repressivo que caracterizou o exército, como produto da derrota do exército boliviano na Guerra do Chaco (1932-1935), um setor de militares nacionalistas assumiu o poder entre 1936-1939 (gal. David Toro e gal. German Busch) e depois Gualberto Villarroel nos anos 1940. Esses militares tornaram-se referências para um setor de militares não alinhados diretamente aos interesses dos EUA. Posteriormente, entre 1969 e 1971, os generais Ovando Candia e Juan José Torres retomarão em parte o discurso nacionalista desde o interior do exército.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 33-34.

¹⁶ CORBETT, op. cit, pp. 35-39.

¹⁷ Segundo Guillermo Lora, a fragilidade do regime boliviano em forjar uma doutrina militar nacional própria correspondente aos propósitos que orientavam inicialmente o chamado “nacionalismo revolucionário” do MNR, deram ampla margem para que doutrinas militares norte-americanas ganhassem espaço na oficialidade boliviana. As idéias nacionalistas e populares teriam tido uma influência penetrante, porém mais difusa, no interior da corporação militar Cf. LORA, G. *De la Asamblea Popular al golpe de 21 de agosto*. La Paz, Isla, 1978 , pp. 55-252 (Obras Completas, tomo 28).

¹⁸ CORBETT, op cit, p. 35.

¹⁹ LAVAUD, J.-P. *El embrollo boliviano*. La Paz, Cesu-IFEA-Hisbol, 1998, pp. 93-94.

²⁰ *Ibid.*, p. 123.

²¹ RIOS REINAGA, D. *Civis y militares en la revolución boliviana*. La Paz, Difusión, 1967, pp. 141-142.

²² SANDOVAL RODRIGUES, I. *Nacionalismo en Bolivia (ensayo político-histórico)*. La Paz, Burillo, 1970, p. 239.

²³ RIOS REINAGA, op. cit., pp. 172-173.

²⁴ ENCINAS, E. et alii. *Jinapuni – Testimonio de un dirigente campesino*. La Paz, Hisbol, 1989, pp. 91-92.

²⁵ BAPTISTA GUMUCIO, M. *Breve Historia contemporânea de Bolivia (1930-1976)*. La Paz, Gisbert, 1976, p. 263.

²⁶ Em 1967, o regime adere formalmente ao FMI e, em fevereiro de 1968, é permitida a exportação de gás pela Gulf Oil, multinacional norte-americana.

²⁷ BAPTISTA GUMUCIO, op. cit., p. 259.

²⁸ SANDOVAL RODRIGUES, op. cit., pp. 253-254.

²⁹ IRIARTE, G. *Los mineros, sus luchas, frustraciones y esperanzas*. La Paz, Puerta del Sol, 1983, pp. 151-152.

- ³⁰ LORA, G. *Contribución a la Historia Política de Bolívia (Historia del POR)*. La Paz, Isla, 1978, vol. 2, pp. 406-409.
- ³¹ DELGADILLO TERCEROS, W. *Fabriles en la Historia nacional*. La Paz, UMSA-Ilais, 1992, pp. 147-148.
- ³² BARROS FILHO, O. de. *Bolivia: vocação e destino*. São Paulo, Versus, 1980, pp. 102-103.
- ³³ Citado por RIOS REINAGA, op. cit., p. 187.
- ³⁴ RIOS REINAGA, op. cit., p. 181, defende o caráter livre das eleições e faz uma apaixonada defesa da ditadura de Rene Barrientos.
- ³⁵ A ação da CIA durante o governo Barrientos foi determinante. O cel. Fox, adido militar no país, agiu junto com Barrientos no golpe de 1964. Nos anos seguintes, multiplicaram-se missões militares dos Estados Unidos no país e o envolvimento direto no assassinato de Che Guevara. O caso mais notório foi a confissão pública em 1968 do ministro do interior Antônio Arguedas, de que ele era agente da CIA: GALLARDO, J. *La nación postergada*. La Paz, Amigos del Libro, 1984, pp. 440-445.
- ³⁶ BAPTISTA GUMUCIO, op. cit., p. 268.
- ³⁷ PERICÁS, L. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia*. Dissertação de Mestrado em História Econômica, apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, 1996, pp. 211-221.
- ³⁸ IRIARTE, op. cit., pp. 155-156 e 159.
- ³⁹ FEDMINEROS. La Paz: 3ª semana, junio, 1970.
- ⁴⁰ IRIARTE, op. cit., p. 157.
- ⁴¹ Ibid., p. 161.
- ⁴² IRIARTE, op. cit., pp. 154-55.
- ⁴³ BAPTISTA GUMUCIO, op. cit., p. 270. CORBETT, op. cit., p. 54.
- ⁴⁴ Entrevista com Antônio Peredo. La Paz, 17/7/2001.
- ⁴⁵ LAVAUD, op. cit., pp. 138-139.
- ⁴⁶ ECHAZÚ ALVARADO, J. *El militarismo boliviano*. La Paz, Liberación, 1988, p. 343.
- ⁴⁷ Ibid., pp. 311-319.
- ⁴⁸ Ibid., pp. 311-319.
- ⁴⁹ Ibid., pp. 335-338.
- ⁵⁰ FERNANDES, op. cit., p. 100.
- ⁵¹ DUNKERLEY, J. *Rebellion en las venas – La lucha política en Bolivia (1930/1976)*. La Paz, Quipus, 1987, pp. 114-117.

A ATUALIDADE DAS PROPOSIÇÕES DE MARIÁTEGUI, UM REVOLUCIONÁRIO LATINO AMERICANO

Zilda Márcia Gricoli Iokoi*

Resumo

Os debates sobre a revolução têm se desenvolvido a partir de polaridades, como a da crise de paradigmas e a pertinência da teoria marxiana. José Carlos Mariátegui, em meados da década de 1910 elaborou, a partir de reflexões sobre a problemática indígena e os dilemas do Peru, um conjunto de análises sobre as relações entre as tradições e a contemporaneidade, díades necessárias ao programa revolucionário. Este artigo procura apropriar-se dessas referências teóricas para projetar alguns caminhos de entendimento da revolução nesta fase de elaboração da cidadania globalizada.

Palavras-chave

Mariáteguismo; mística; revolução; contemporaneidade; história; Peru.

Abstract

The debates about the revolution have been developed from polarities, as of the crisis of paradigms and the relevancy of the Marxist theory. In the middle of the 1910 decade, José Carlos Mariátegui elaborated, from reflections on the indigenous problematic and the dilemmas of Peru, a set of analyses on the relations between traditions and contemporaneousness, dyads necessary to the revolutionary program. This article aims to make use of these theoretical references to project some ways of understanding the revolution during this phase, when the globalized citizenship was being elaborated.

Key-words

Mariátegui; mystic; revolution; contemporaneousness; history; Peru.